# Com aumento de despesas, governo vai bloquear R$ 1,7 bilhão

**Pedro Rafael Vilela/ ABR**

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) anunciou na segunda-feira (22) a necessidade de bloqueio de R$ 1,7 bilhão em despesas discricionárias do Orçamento federal para cumprir a regra do teto de gastos, após uma revisão no volume de despesas que teve um aumento da projeção em R$ 24,2 bilhões. Os dados constam no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento e é publicado a cada dois meses.

"O detalhamento do bloqueio de R$ 1,7 bilhão será discriminado no dia 30 quando da publicação do decreto de programação [orçamentária]", informou o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos.

Os últimos meses registraram uma elevação nas despesas, puxadas principalmente pelos impactos do novo valor do salário mínimo, que passou para R$ 1.320 desde o dia 1º de maio, incidindo sobre benefícios previdenciários, seguro desemprego, abono, entre outros. A pasta também citou R$ 3,9 bilhões de repasses para estados e municípios a partir da sanção da Lei Paulo Gustavo, que destinou recursos para o setor cultural, além da complementação do piso nacional da enfermagem. Esses bloqueios poderão ser revertidos mais adiantes com mudanças nas estimativas de receitas e despesas.

Esses números reverteram a folga de R$ 13,6 bilhões no teto de gastos que havia sido apresentada no relatório anterior. A regra do teto deverá ser substituída por uma nova regra fiscal, que vai à votação esta semana na Câmara dos Deputados. O teto seria estourado neste ano, mas a PEC da Transição, promulgada no fim do ano passado, retirou do limite de gastos R$ 145 bilhões do Bolsa Família e até R$ 23 bilhões em investimentos, caso haja excesso de arrecadação.

O governo também elevou a estimativa de déficit primário de R$ 107,6 bilhões para R$ 136,2 bilhões, equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), segundo a edição Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre. A meta fiscal para 2023 continua sendo de déficit primário de R$ 238 bilhões (2,2% do PIB).

## Receitas

Do lado das receitas, o relatório revisou para baixo a estimativa de itens como exploração de recursos naturais (menos R$ 5,6 bi) e arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com projeção de menos R$ 4,1 bilhões. Também houve revisão de arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com projeção de redução de R$ 4,1 bilhões e outros R$ 3,8 bilhões a menos nas projeções de arrecadação com imposto de importação.

Por outro lado, houve projeção de aumento de receitas de R$ 5 bilhões com lucros e dividendos e R$ 3,1 bilhões de arrecadação com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Em relação à Lei Orçamentária de 2023, o aumento previsto de receitas é de R$ 105,6 bilhões, segundo o governo.

## PIB e inflação

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre aumentou a estimativa de crescimento do PIB, em relação ao bimestre anterior, de 1,61% para 1,91%.

Em relação aos indicadores de inflação, o relatório aponta que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será de 5,58%, um aumento de 0,27 ponto percentual em relação ao relatório anterior. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi estimado em 5,34%, uma elevação de 0,18 ponto percentual em relação à previsão anterior.

A taxa de câmbio média do dólar em relação ao real foi revisada para R$ 5,11, contra R$ 5,20 do bimestre anterior.

# Mulheres vítimas de violência terão prioridade em Programas Habitacionais Municipais

**Laiane Carniel/ Câmara PB**

ASSESSORIA CÂMARA PB



**Pelo projeto 15 de 2023 as mulheres vítimas de violência doméstica passam a ter prioridade em programas habitacionais do Município**

Aprovado em primeira votação, em Sessão Ordinária realizada na segunda-feira (22), Projeto de Lei onde mulheres vítimas de violência terão prioridade, sobre uma porcentagem de imóveis, em Programas Habitacionais Municipais. Também em primeira votação, três projetos de autoria do Executivo foram aprovados. Em votação única, foi aprovada Moção de Aplauso para as atletas do Projeto Ginástica Rítmica. Na Tribuna Livre, Guilherme Emanuel Andolhe Vicari, utilizou o espaço, para falar de regulamentações para motoristas de aplicativos. Ainda, foram apresentadas dez indicações e 24 requerimentos.

De autoria da vereadora Thania Caminski (PP), foi aprovado o Projeto de Lei nº 15, de 2023, estabelecendo prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica, na aquisição de casas populares originárias de programas habitacionais em que o Município seja parte.

Pelo Projeto, 4% do total de casas populares construídas no Município, decorrentes de programas habitacionais governamentais, serão distribuídas proporcionalmente entre as beneficiárias desta Lei. O Projeto também estabelece requisitos para as mulheres receberem o benefício, entre eles: demonstrarem a violência sofrida, por expedientes e procedimentos constantes na ação penal, transitada em julgado ou não; realizarem cadastro perante o órgão competente do Poder Executivo; assinarem Termo de Compromisso, em que não residirá com o agressor na casa advinda do benefício desta Lei, sob pena de perda do bem imóvel. O Projeto foi aprovado com a Emenda nº 22, de 2023.

## Primeira votação

Também em primeira votação, foi aprovado o Projeto de Lei nº 12, de 2023, de autoria do Executivo, autorizando a contratação temporária, por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), de profissionais para o exercício de emprego público de Instrutor de Aprendizagem, para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Ainda a do Executivo, foi aprovado em primeira votação, o Projeto de Lei nº 33, de 2023, autorizando a abertura de crédito especial, no valor de R$ 195.599,07, junto à Secretaria Municipal de Saúde. O recurso é oriundo do repasse do Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP), referente à contrapartida do curso de graduação em Medicina, e será utilizado na manutenção do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, instituído pela Lei Municipal nº 6.013, de 24 de outubro de 2022, e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 9.465, de 28 de fevereiro de 2023.

Aprovado, em primeira votação, o Projeto de Lei nº 26, de 2023, de autoria do Executivo, autorizando a abertura de crédito especial, no valor de R$ 45 mil, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social. O recurso é oriundo de repasse do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA) ao Fundo Municipal para Infância e Adolescência (FMDCA) e será aplicado no aprimoramento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), executado na rede pública e voltado às crianças e adolescentes com idade zero e 17 anos.

# Prefeita de Clevelândia recebe homenagem em Curitiba

**Redação com assessoria**
redacao@diariodosudoeste.com.br

DIVULGAÇÃO



**Prefeita de Clevelândia foi uma das 11 mulheres homenageadas em Curitiba**

A prefeita de Clevelândia, Rafaela Losi, esteve em Curitiba na quarta-feira (17), participando de evento beneficente promovido pelo projeto "Mãos que Valen", e para receber homenagem da edição do "Mulheres de Mãos que Valen". Única mulher do Sudoeste da ser indicada, Rafaela recebeu a homenagem junto a outras dez mulheres paranaenses.

O "Mãos que Valen" é uma organização sem fins lucrativos, que trabalha por justiça social, erradicação da fome e da pobreza, a partir de uma iniciativa de Carina Menegusso. Hoje são mais de 100 voluntários de diferentes formações e vivências, que compartilham um ideal: Fazer a diferença no mundo e levar alento e alimentos para as famílias menos favorecidas e em situação de vulnerabilidade.

## Homenageadas

Foram homenageadas: Luciana Saito Massa, primeira-Dama do Paraná; Margarita Sansone, primeira-Dama de Curitiba; a Desembargadora Joeci Machado Camargo; Leandre Dal Ponte, secretária de Estado da Mulher e Igualdade Racial do Paraná; Luciana Novaes, delegada da Polícia Civil Especializada; Carina Zanier, presidente do Instituto Doutor Ney Leprevost; Rose Traiano, coordenadora de Ações Solidárias do Legislativo (Alep), Rafaela Losi, prefeita de Clevelândia; Adriana Czelusniak, presidente da União de Pais pelo Autismo (UPPA); Sueli Gossling, diretora de Responsabilidade Social do Graciosa Country Club e Clemilda Santiago Neto, diretora da Secretaria de Igualdade Racial do Paraná.